



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Parecer n.º 202/2022.

Assunto: Projeto de Lei Complementar n.º 21 de 10 de outubro de 2022.

Interessado: Poder Executivo e Câmara Municipal de Cáceres.

Assinado por: Antônia Eliene Liberato Dias.

I – DO RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei Complementar n.º 021, de 10 de outubro de 2022, que altera dispositivos da Lei Complementar n.º 25, de 27 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores do Município de Cáceres, bem como da Lei Complementar n.º 63, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências,

Este é o Relatório.

II – DO VOTO DO RELATOR

Neste momento o Relator, Luiz Landim - (PV), da Comissão de Finanças, Economia e Planejamento, passa a analisar o Projeto de Lei Complementar n.º 021, de 10 de outubro de 2022, que altera dispositivos da Lei Complementar n.º 25, de 27 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores do Município de Cáceres, bem como da Lei Complementar n.º 63, de 14 de fevereiro de 2006.

Primeiramente, o presente Projeto de Lei, é de competência da Comissão de Economia, Finanças e Planejamento, pois compete a esta opinar: sobre proposições e assuntos que concorram para aumentar ou diminuir tanto a despesa como a receita pública, inclusive os assuntos de competência de outras comissões;

Vejamos a fundamentação legal:

Artigo 39. À Comissão de Economia, Finanças e Planejamento compete opinar sobre:

I – proposições e assuntos relativos ao planejamento municipal;



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁ CERES
COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

- II – projetos de leis sobre Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual do município;
- III – proposições e assuntos que concorram para aumentar ou diminuir tanto a despesa como a receita pública, inclusive os assuntos de competência de outras comissões;
- (...)

O Projeto de Lei Complementar (PLC) 021/2022 tem por finalidade alterar alguns aspectos da legislação em vigor, que visam promover adequações administrativas, que buscam como resultado a atualização, otimização e economicidade de temáticas pontuais, mormente aos servidores, a seguir:

O § 3º do artigo 27 da Lei Complementar nº 25/1997, com a redação ora apresentada, modifica o regime de dedicação ao serviço do ocupante de cargo em comissão, que deixa ser integral, podendo ser o regime de dedicação não exclusiva, facultando ao comissionado desempenhar outra atividade profissional, particular ou pública, desde que haja compatibilidade de horários.

A nova redação preserva a sua convocação sempre que houver interesse da administração.

O artigo 224 da Lei Complementar nº 25/1997 é acrescido do § 4º, que regula o direito à aposentadoria quando houver inquérito disciplinar em trâmite, a fim de que o servidor não fique indefinidamente aguardando a conclusão do procedimento administrativo disciplinar.

A Lei Complementar nº 63/2006, que disciplina o recebimento de honorários advocatícios pela Prefeitura Municipal de Cáceres, quanto à destinação de tais valores aos Procuradores Municipais, com o texto do PLC 021/2022, sofrerá alteração na redação do artigo 3º, com vistas a regular o rateio no caso de afastamento do ocupante do Cargo de Procurador.

Diante do exposto, o Relator, Luiz Landim, após análise da documentação acostada aos autos e baseando-se nos fundamentos acima citados, vota pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 021, de 10 de outubro de 2022.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

III - DECISÃO DA COMISSÃO:

A Comissão de Economia, Finanças e Planejamento, acolhe e acompanha o voto do relator, votando pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 021, de 10 de outubro de 2022.

É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação plenária desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, 31 de outubro de 2022.

Isaias Bezerra - (CIDADANIA)
PRESIDENTE

Luiz Landim - (PV)
RELATOR

Manga Rosa - (PSB)
MEMBRO